

Antropologia, Gênero e Sexualidade

Antropologia e diversidade sexual e de gênero no Brasil: tramas de políticas e saberes

Júlio Assis Simões¹

Gênero e sexualidade constituem campos de estudo cujo desenvolvimento está intimamente relacionado às trajetórias e reivindicações de diferentes movimentações e movimentos sociais, assim como ao enfrentamento das demandas políticas e judiciais associadas à defesa e promoção de direitos. No Brasil, nas duas últimas décadas, a produção intelectual crescente e inovadora na antropologia, articulada ao diálogo com ativistas e gestores de políticas públicas e à participação direta na arena constituída pelas lutas feministas, bem como as que buscam afirmar politicamente as identidades reunidas na sigla LGBT – lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais –, acabou por converter essa temática em um dos alvos mais significativos de investimento e presença na esfera pública de antropólogos e antropólogas e da própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Este texto procura traçar conexões entre a antropologia e os processos de produção de direitos e sujeitos políticos relacionados à diversidade sexual e de gênero de modo a contribuir para a reflexão mais ampla acerca das tramas que enredam políticas e saberes na prática antropológica, sobretudo no contexto sociopolítico brasileiro atual.²

É possível traçar a emergência de uma produção antropológica inovadora sobre sexualidade no Brasil desde meados dos anos 1970,

1 Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

2 Este texto é uma versão modificada da comunicação apresentada na sessão “Antropologia e questões de gênero e sexualidade: mais além da observação participante” no seminário ABA+60: os Antropólogos e a Antropologia na Esfera Pública. Cenários Contemporâneos e Políticas para o Futuro, realizado em agosto de 2015 na UnB. Ele resulta de uma reflexão compartilhada com muitos colegas com quem tenho tido o prazer de trabalhar, aprender e colaborar nos últimos anos, vários dos quais fizeram parte da Comissão de Gênero e Sexualidade da ABA em diferentes momentos. Sergio Carrara e Regina Facchini merecem menção especial por conta da estreita proximidade de nossas discussões e trabalhos em conjunto em torno das questões aqui apresentadas. De fato, poderiam ser incluídos como coautores; ainda que, é claro, a responsabilidade por esta versão final seja minha.

a partir de um punhado de pesquisas e análises influentes sobre homossexualidade masculina (CARRARA e SIMÕES, 2007). A partir dos anos 2000, assistimos a uma verdadeira explosão de estudos sobre diversidade sexual e de gênero.³ Essa expansão se vincula, certamente, à crescente autonomização da sexualidade e das identificações e expressões de gênero como domínios articulados centrais de reivindicação e exercício de direitos – e, em particular, a seus desdobramentos como direitos que se referem a prerrogativas às quais determinadas pessoas e grupos sociais não teriam acesso por estarem submetidos a formas de discriminação e violência social e política por conta de suas sexualidades e/ou expressões de gênero estigmatizadas. É nesses termos que podemos situar a emergência dos direitos sexuais e, num recorte ainda mais particularizante, dos direitos LGBT.⁴

Questões de diversidade sexual e de gênero experimentaram consideráveis avanços em termos de visibilidade e reconhecimento no país desde a virada do milênio. O ano de 2004 pode ser invocado como marco nesse processo, em vista da criação, pelo governo federal, do programa *Brasil sem Homofobia*, destinado a “promover a cidadania” de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a

3 Desde o colapso da categoria homossexualidade, não há uma expressão consensual para abarcar o conjunto de trabalhos que se debruçam sobre o amplo espectro da diversidade sexual e de gênero, embora não falem candidatas. “Diversidade sexual e de gênero” é uma das alternativas empregadas por quem busca um termo menos comprometido com as categorias médicas e psicológicas e com as categorias identitárias reunidas no movimento político (SIMÕES e CARRARA, 2014; CARRARA, 2015).

4 A constituição dos direitos sexuais como parte de uma agenda ampliada de direitos humanos, que busca contemplar os direitos LGBT, é um fenômeno de escala global. Até a década passada, pelo menos, o Brasil teve papel de destaque nos esforços de construção de uma agenda de enfrentamento da violência e discriminação contra pessoas LGBT. Em 2003, o Brasil foi um dos países proponentes, junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, de uma resolução destinada a proteger e promover os direitos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em 2008, o Brasil esteve entre as nações que lideraram a apresentação, junto à Assembleia Geral da ONU, da Declaração sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, a qual foi apoiada por 66 países. De outra parte, dada a polissemia do termo “direitos”, neste campo como em outros afins, deve-se considerar sua complexidade em práticas, situações sociais e contextos de disputa. Para uma discussão mais alentada a esse respeito, ver Vianna, 2013 e Carrara, 2015.

partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação. Daí se seguiu a bem-sucedida realização da Primeira Conferência LGBT, em 2008, e foram empreendidas iniciativas de políticas públicas dirigidas a pessoas LGBT em diferentes níveis de governo. No terreno legal, expandiram-se regulações em diversos níveis voltadas a combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, assegurando, por exemplo, o uso civil do “nome social” por pessoas trans. Entre os principais avanços obtidos no Judiciário, temos o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, da união homoafetiva estável como entidade familiar, garantindo a casais do mesmo sexo direitos até então restritos a casais heterossexuais, como herança, benefícios da previdência, inclusão como dependente em plano de saúde e adoção. Tal decisão ampliou a interpretação legal do significado de família e estabeleceu, na prática, os precedentes para a instituição do casamento civil entre pessoas de mesmo sexo no Brasil (SIMÕES, CARRARA e FACCHINI, 2016).

Esse quadro é fruto de um processo complexo de articulações, discussões e regulamentações envolvendo o poder público, o movimento social organizado, cientistas e representantes de classes profissionais. Nele se evidencia que os direitos LGBT estão na ordem do dia do debate público nacional, ao mesmo tempo que se revelam impasses e desafios persistentes que serão apontados adiante. Vale ressaltar que vozes e formas de atuação na defesa e na mobilização em prol dessa causa têm se ampliado e diversificado para além das pessoas diretamente atingidas e interessadas, incluindo familiares, entidades religiosas e, em especial, diferentes produtores de conhecimento. Documentos de referência de políticas públicas elaborados a partir de processos participativos, como as Conferências de Políticas para LGBT, realizadas em instâncias municipais, estaduais e nacional, mostram resultados de um complexo processo participativo em que integrantes da comunidade acadêmica, notadamente antropólogos e antropólogas, participaram ativamente do processo de formulação de propostas de políticas e contribuíram para definir o escopo de sua ação e implementação (FACCHINI, DANILIAUSKAS e PILON, 2013; AGUIÃO, 2014).

Antropólogos e antropólogas têm desempenhado papel importante, pois, na conformação dessa arena que tem levado à promoção

de direitos LGBT, interferindo na sua constituição como objeto de reflexão e de luta política. Não é raro que praticantes da antropologia atuem também como ativistas e gestores. Tal circulação entre as posições de ativismo e pesquisa não é, porém, uma característica exclusiva dos tempos recentes. Os estudos antropológicos sobre homossexualidades dos anos 1970 e 1980, que formaram a base do campo atual, surgiram ao mesmo tempo que brotava o movimento homossexual hoje conhecido como LGBT.⁵ Desde então, antropólogos e antropólogas se envolveram não apenas nos esforços de pesquisa e reflexão, mas em diversos âmbitos de atuação política nessas fases iniciais das lutas e mobilizações contra o preconceito e a discriminação por sexualidade, seja participando diretamente em grupos organizados, seja intervindo no debate público (FACCHINI, DANILIAUSKAS e PILON, 2013; CARRARA, 2013).

As transformações epistemológicas e políticas pelas quais tem passado esse campo de estudos e disputas podem ser recuperadas brevemente aqui. Para tanto, retomo a argumentação desenvolvida em parceria com Sergio Carrara (SIMÕES e CARRARA, 2014), focalizando duas grandes fraturas que conduziram à explosão de sujeitos, temas e abordagens que hoje o caracterizam. Trata-se, em síntese, de apontar a irrupção de múltiplas designações e reivindicações de reconhecimento social e político que tornaram visíveis variadas combinações de apresentação corporal, orientações sexuais e expressões e identificações de gênero a partir do colapso da categoria homossexualidade.

Até os anos 1960, em boa parte por conta da influência da psiquiatria e da medicina legal da época, a sexualidade era vista como emanção de uma natureza corporificada, masculina ou feminina; então, falar de sexualidade era falar sobre o que veio depois a se chamar de gênero. Os estudos antropológicos sobre homossexualidade masculina dos anos 1970 e 1980, que formaram a base do atual campo, se constituíram no contexto da primeira grande fratura, que

5 Entre os trabalhos de orientação antropológica sobre movimento LGBT, reconhecimento e política, incluindo os que tratam de segmentos específicos das “letrinhas”, ver, entre outros: MacRae, 1990; Câmara, 2002; Facchini, 2005; Almeida, 2005; França, 2006; Simões e Facchini, 2009; Pelúcio, 2009; Barbosa, 2010; Carvalho, 2010; Aguião, 2014; Ávila, 2014.

chamamos de “emergência *gay*-lésbica”, que se expressa na ruptura entre orientação sexual e papel de gênero associado à posição de “ativo” ou “passivo” no ato sexual. Homens “homossexuais”, muitos dos quais já se identificando como *gays*, rompiam com as expectativas de feminilidade que, de modo geral, recaíam sobre eles, afirmando, de diferentes maneiras, que não era porque se sentiam sexualmente atraídos por pessoas do mesmo gênero/sexo que se identificavam com o sexo/gênero oposto. Um processo similar, menos visível socialmente, também ocorria com “mulheres homossexuais/lésbicas”. Tornava-se concebível, e até mesmo desejável, que os relacionamentos homossexuais envolvessem homens igualmente “viris” e mulheres igualmente “femininas” ou parceiros que pudessem, alternativamente, ocupar posições ou *performances* masculinas e femininas sem se fixar em nenhuma delas. Tratava-se da emergência plena do que o antropólogo Peter Fry (1982) chamou de “modelo igualitário”, cujo domínio sobre modelos concorrentes, também presentes na sociedade brasileira, tanto preocupava o antropólogo no início dos anos 1980. No caso da homossexualidade masculina, ao afirmarem essa primeira disjunção entre sexualidade/orientação sexual e identificações/expressões de gênero, *gays* se separavam de “travestis” e “transexuais”, negando uma “natureza” ou “condição” comum.

A segunda grande fratura é a que chamamos de “emergência trans”, situada na passagem do milênio e simultânea à produção de um campo de direitos LGBT. Em relação especular à primeira fratura, esta se dá a partir da crescente organização política de travestis, de mulheres transexuais e, bem mais recentemente, de homens transexuais. Como havia acontecido anteriormente no caso de *gays* e lésbicas, tais sujeitos passam a articular um discurso público alternativo àquele que, muitas vezes em seu nome ou supostamente em seu favor, vinha sendo feito sobre eles e elas. Embora acarrete consequências sociais e simbólicas distintas da emergência *gay*-lésbica, a emergência trans faz afirmação semelhante, mas em sentido contrário. Tudo se passa como se dissessem: não é pelo fato de nos identificarmos com o gênero/sexo oposto que nos sentimos necessariamente atraídos ou atraídas sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero.

Essas fraturas remetem às elaborações conceituais produzidas em vários campos disciplinares de conhecimento, inclusive na antropologia, para dar conta desses “novos” objetos, traduzindo e, muitas vezes, introduzindo novas complicações teóricas e políticas. A emergência *gay*-lésbica, ao mesmo tempo que possibilitou a conformação de identidades políticas que questionaram os interditos heterossexistas e buscaram afirmar a homossexualidade como uma “existência distinta”, foi acompanhada pela crescente hegemonia dos discursos científicos baseados nas ideias teóricas de construção social da sexualidade, que desafiavam a concepção de uma distinção fundada numa natureza, essência ou condição estável. Nas décadas seguintes, ganharam espaço versões crescentemente radicalizadas do construcionismo social, como a chamada teoria *queer*, que acentua o posicionamento antinormativo em relação à sexualidade e elabora uma intensa crítica às construções identitárias baseadas nas fronteiras supostamente estáveis entre homossexualidade e heterossexualidade.⁶

A emergência *trans*, por seu turno, ao mesmo tempo que se efetivou na organização política de travestis e transexuais separada do movimento de *gays* e lésbicas, no qual não se reconheciam, foi acompanhada pela incorporação crescente de elaborações críticas radicais da conexão supostamente necessária entre sexo biológico, orientação do desejo, prática sexual e expressões e identificações de gênero, como a realizada por Judith Butler (1990, 1993, 2003) – autora influente e frequentemente considerada uma das fundadoras da teoria *queer*. Essas conexões teóricas e políticas contribuíram para dar força à ideia de gênero como categoria relacional e performativa, sem suporte em um “sexo natural”, mas produzido e mantido por um complexo de regulações sociais e interseções políticas e culturais. Desse modo, torna-se concebível uma multiplicidade de expressões e identificações de gênero para além da dicotomia exclusiva masculino/feminina, além de uma variedade de combinações entre expressões de gênero e orientação de desejo que podem resul-

6 Para um apanhado de reflexões sobre a teoria *queer* e alguns de seus desdobramentos nas pesquisas de diversidade sexual e de gênero no Brasil, consultar o dossiê Sexualidades Disparatadas, organizado por Richard Miskolci e por mim (MISKOLCI e SIMÕES, 2007).

tar em materializações de inteligibilidade surpreendente – como, por exemplo, a figura de um “homem trans *gay*”, isto é, alguém designado como “mulher” no registro de nascimento que passou posteriormente a se identificar como “homem” e que sente atração por outros homens.

A complexidade desses movimentos simultaneamente teóricos e políticos não é, em absoluto, estranha a praticantes da antropologia. Acostumamo-nos a desnaturalizar taxonomias e práticas classificatórias, a tratá-las como produções culturais e historicamente particulares, sujeitas à controvérsia e à transformação. Questionamos as concepções de pessoa que se pretendem fundadas em atributos supostamente essenciais e universalmente válidos e não temos maiores dificuldades em compreender gênero, por exemplo, como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis. Interpretamos os “fatos” sobre os quais nos debruçamos como produções simbólicas, combinações singulares entre representações e coisas. Tratamos os “comportamentos” que observamos como ações simbólicas, mesclas igualmente singulares de aspectos técnicos e rituais, que envolvem conformidade e invenção, reprodução e criatividade, coerção e questionamento, disputas e negociações de sentido e valor.

A competência específica da antropologia para a coleta e o registro de experiências sociais, sustentada na “comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos” (CARDOSO, 1986, p.103), torna-a especialmente afeita e sensível ao complexo de interações e transações que viabiliza o trabalho de investigação científica, com evidentes implicações políticas. As pesquisas antropológicas constituem espaço de intenso tráfico de pessoas, ideias, linguagens, preocupações e, não menos importante, de legitimação mútua entre pesquisadores e pesquisados. De modo que os pontos de vista dos múltiplos atores sociais que participam desse emaranhado de negociações e compromissos se incorporam, de um modo ou de outro, nos fatos produzidos e configuram o discurso sobre eles. Ter consciência disso é central, sobretudo quando se envolve pessoas e populações tidas como marginais, estigmatizadas e subalternas em busca de reconhecimento e protagonismo político. Não se trata, portanto, de uma

exclusividade do campo de estudos em tela, nem mesmo uma singularidade do momento presente. Chamar atenção para isso implica reconhecer o diálogo complexo e multifacetado a partir do qual é produzido esse conhecimento, que parte do princípio de considerar interfaces cambiantes entre os saberes situados de pesquisadores e das pessoas e populações em foco, tendo sempre em perspectiva as razões sociais e políticas que o tornam importante.

Categorias e conceitos não apenas participam da construção dos objetos, mas também implicam rendimentos políticos variáveis conforme os contextos em questão. Uma antropologia que se situa no diálogo com movimentos sociais, que considera esse diálogo proveitoso e pertinente do ponto de vista teórico não pode deixar de ser também uma antropologia sensível à reavaliação contextual de suas próprias categorias, questões e temas em termos de sentidos e valores políticos. Ilustra bem isso a situação vivida na realização da pesquisa com participantes da Parada do Orgulho LGBT em São Paulo em 2005, da qual participei ao lado de Regina Facchini,⁷ Sergio Carrara e Silvia Ramos, sobre as dificuldades de lidar com categorias de “orientação sexual” e “sexualidade” para abarcar coletividades politizadas em termos de “identidades de gênero”, as quais acabaram por introduzir alterações no questionário aplicado, levando inclusive a mudar o procedimento da pesquisa com relação à variável “sexo”. Em vez de o sexo dos entrevistados e entrevistadas ser apenas anotado pelos pesquisadores, como até então se fizera nas pesquisas similares no Rio de Janeiro, a questão passou a ser formulada da seguinte maneira: “Com que sexo você foi registrado/a ao nascer?”. O registro feito a esse respeito em nosso relatório da pesquisa ilustra os embaraços implicados nessa aplicação:

Desde as primeiras aplicações do questionário, ficou claro que a variável “sexo do/a respondente”, que em outros contextos parece ser das mais evidentes ou “naturais”, traz enormes desafios quando se pesquisa a população LGBT. O que significa, por exemplo, perguntar para um(a) travesti ou para um(a) transexual “qual seu sexo”? Estaríamos falando do sexo assignado no nasci-

7 Regina Facchini foi a mediadora crucial dessas negociações. Ver, a respeito, Carrara, 2013.

mento ou do sexo construído ao longo da trajetória de vida? Optamos nesse caso pela pergunta “Com que sexo você foi registrado ao nascer”, mesmo que tal questão pudesse parecer estranha para muitos *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* (CARRARA et al., 2006, p. 15).

Tais negociações de categorias, temas e questões não são raras na atividade de pesquisa antropológica nem põem em risco o compromisso básico com o conhecimento, o rigor e a crítica. Ao contrário, permitem que antropólogos e antropólogas refinem a compreensão de seu próprio ofício, problematizando, por exemplo, em que contextos e condições emergem os seus próprios discursos, e não apenas os discursos de seus “objetos”. Escrevendo na época em que minorias desprivilegiadas se constituíam como novos atores políticos no Brasil, na virada dos anos 1970 para os anos 1980 – o contexto que correspondia à fase inicial do movimento homossexual –, Eunice Durham e Ruth Cardoso (DURHAM, 1986; CARDOSO, 1986) alertavam para o risco de que a crítica necessária às ideias de neutralidade e objetividade como formas apolíticas de legitimação científica levasse a uma postura de valorização acrítica da identificação com as populações estudadas, privilegiando a “participação” em prejuízo da observação, sem que pesquisadores investissem mais fundo na análise de seu próprio olhar, do modo de operar de seu próprio discurso e das implicações de seu lugar de fala.

Cientes da inevitável dimensão política da atividade antropológica, aquelas autoras se preocupavam com o modo como a antropologia “contornava” os problemas decorrentes da politização dos temas de que tratava por meio do que Durham (1986, p. 25) chamou de “deslizes semânticos”, enquanto permanecia imprecisa em relação à própria posição política dos pesquisadores. Na atualidade, parece importante recuperar essas reflexões em termos de nos resguardarmos contra um procedimento que pode levar a conferir uma espécie de objetividade ingênua às categorias “nativas” e congelar os processos de constituição social de pessoas e coletivos, subscrevendo uma concepção de alteridade como se fosse um encontro de indivíduos plenamente autônomos e autossuficientes que buscam “se identificar”. Cabe ressaltar que a intersubjetividade enquanto meio de conhecimento implica não apenas proximidade e afetivi-

dade, mas também estranhamento e surpresa (CARDOSO, 1986, p. 103).

Um sobrevoo pela trajetória recente das relações entre praticantes da antropologia e ativistas do campo de sexualidade, diversidade sexual e de gênero poderá mostrar aproximações e colaborações, mas também desconfiças e divergências entre diferentes modalidades de “saber” e “competência” que se confrontam. É possível delinear essas colaborações e tensões entre pesquisa e ativismo desde o período dos primeiros estudos antropológicos sobre o emergente movimento homossexual. Apoiada nas teorias de construção histórica e cultural de categorias, identidades e papéis sociais, a perspectiva antropológica tendia a mostrar os discursos que promoviam a politização da homossexualidade como parte de um processo mais amplo de geração de identidades sexuais estáveis e estanques (FRY, 1982; FRY e MACRAE, 1983). Tal debate rebatia no próprio movimento, dividido quanto a se constituir ou não em torno de uma “identidade homossexual” (MACRAE, 1990; CARRARA e SIMÕES, 2007). Ao mesmo tempo, antropólogos, antropólogas e estudantes de antropologia desempenhavam uma variedade de papéis e atividades de militância e apoio para a construção e visibilidade do próprio movimento (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Momento notável dessa colaboração foram os esforços de apoio à proposta de inclusão da não discriminação da homossexualidade junto à Assembleia Constituinte em 1987 e 1988, quando profissionais da antropologia se destacaram entre os acadêmicos consultados pelo movimento para sustentar a expressão “orientação sexual” como a que melhor conferia concretude e legitimidade à homossexualidade, sem necessariamente entrar em questão sobre suas causas mais profundas (CÂMARA, 2002; FACCHINI, 2005). Como bem notou Carrara (2013), a ambivalência dessa expressão permitia, então, que uma mesma linguagem pudesse ser usada por militantes e pesquisadores, embora em sentidos diferentes.

No momento imediatamente posterior, em que se formularam as respostas à epidemia de HIV-Aids, pode-se reconhecer os contornos do padrão ambivalente de relações ciência-ativismo que persiste na atualidade. A produção de conhecimento científico é convocada por conta de seu potencial de legitimação das demandas do movi-

mento e de sua capacidade de subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas – e, nesse aspecto, a antropologia praticada no Brasil já conta com um lastro bastante significativo de contribuições em termos de conhecimentos e recursos humanos. Permanece, porém, a desconfiança de que esse conhecimento produzido em outras instâncias poderá também conflitar, em diversas medidas, com as estratégias ativistas (FACCHINI, DANILIAUSKAS e PILON, 2013, p. 166). Ilustrativo disso é o consenso relativamente problemático em torno da expressão “HSH” – homens que fazem sexo com homens – como parte da estratégia epidemiológica que visa contemplar, numa categoria abrangente, a especificidade de pessoas do sexo masculino que se relacionavam sexualmente com pessoas do mesmo sexo e não se reconheciam nas categorias disponíveis homossexual, *gay* etc.

Quando pensadas no quadro atual de desenvolvimento incipiente de políticas públicas para LGBT, ampliação e relativa institucionalização de espaços de participação da sociedade civil na definição dessas políticas – espaços que, por sua vez, incorporaram um volume crescente de pesquisadores trabalhando nessa temática –, as relações entre pesquisa e ativismo, academia e movimentos se revestem de complexidade ainda maior. Na busca pelo reconhecimento do saber e da competência para tratar de questões afeitas à “comunidade LGBT”, pesquisadores e ativistas dialogam, colaboram, legitimam-se mutuamente, mas também podem disputar, competir e divergir. Não é possível, com efeito, tratar “academia” e “ativismo” como blocos homogêneos. Nesse cenário, nem sempre as posições de cientista, ativista e gestor podem ser facilmente distinguidas. Os mesmos indivíduos podem ocupar de forma múltipla e transitória todos esses papéis e lugares, para lembrar uma velha lição da antropologia social britânica. Além disso, atores sociais podem conferir sentidos diferentes a suas ações (CARRARA, 2013). Mais produtivo, como argumentam Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013, p. 168), é considerar uma multiplicidade de projetos coexistentes que pode implicar alianças mais ou menos contingentes entre pesquisadores, gestores e ativistas, assim como “disputas entre projetos construídos, a partir de diferentes lugares e perspectivas, por sujeitos que se

identificam com a *causa* e desejam ter possibilidade de intervir nas políticas” (FACCHINI; DANILIAUSKAS e PILON, 2013, p. 168).

Ainda assim, por complexas e eventualmente imprevisíveis que sejam as relações entre os variados atores que corporificam conhecimento, política e gestão, não é daí que provêm as principais dificuldades e ameaças para a promoção de uma agenda de direitos LGBT. Tais óbices se revelam mais no processo de pactuação dessas ações junto às diferentes agências do Estado. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, lançado em 2009 a partir da sistematização das propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT, não contou com a chancela de um decreto, portaria ou resolução. A nítida cautela ou mesmo hesitação em endossar esse documento e formalizar sua existência normativa assinala que questões de sexualidade, diversidade sexual e de gênero não despertam a simpatia e o respaldo político que alcançam outras ações no campo dos direitos humanos.

Além disso, a conjuntura política tem se mostrado menos promissora às demandas por direitos LGBT desde o processo eleitoral de 2010, com a crescente influência de setores conservadores no Legislativo, inclusive entre os partidos da base política do governo Dilma Rousseff, como exemplificam os vetos a ações de combate à discriminação e violência contra LGBT nas áreas de educação e saúde.⁸ Cumpre ressaltar que a agenda LGBT sempre enfrentou obstáculos no Legislativo, mesmo antes de 2010.⁹ A força de setores políticos

8 Um marco significativo do impacto dessa onda conservadora foi a decisão presidencial de suspender, em 2011, o projeto Escola Sem Homofobia após pressão e protestos das bancadas religiosas no Congresso Nacional. Seguiu-se, em 2012, a censura do ministro da Saúde à campanha governamental de prevenção ao HIV-Aids elaborada pelo próprio Ministério, com homens *gays* como foco prioritário, mantendo o bloqueio às tentativas de veicular mensagens pela igualdade da diversidade sexual e contra a homofobia e transfobia no bojo das ações de prevenção.

9 O projeto de lei que visava regular a união civil entre pessoas do mesmo sexo, apresentado em 1995, mesmo depois de sofrer diversas alterações, jamais conseguiu ser levado a votação no plenário. O projeto de lei que visava definir crimes resultantes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e identidade de gênero nos moldes da legislação contra o racismo, apresentado em 2006, acabou arquivado em 2015 depois de enfrentar a resistência de autoridades religiosas cristãs em aliança com médicos e psicólogos ligados a entidades religiosas, que o combateram por meio de alegações de um suposto cerceamento da liberdade de expressão e de reiterados esforços de vincular homossexualidade a pedofilia. O projeto de lei

conservadores aumentou nas eleições de 2014 e não apenas tem bloqueado a agenda de direitos LGBT, mas também vem acelerando o encaminhamento de propostas na direção contrária.

Sob vários aspectos, parecemos vivenciar o diagnóstico feito por Carole Vance para os EUA dos anos 1980: “A direita está tentando reimplantar os acordos sexuais tradicionais e o vínculo, antes inextricável, entre reprodução e sexualidade” (VANCE, 1992, p. 2-3). Uma amostra disso é o estrondoso apoio da Igreja católica e de lideranças de outras denominações religiosas à campanha voltada para estigmatizar a “ideologia de gênero”, que resultou na eliminação das referências a gênero, diversidade e orientação sexual dos planos de educação em todo o país. Temos aqui um episódio emblemático de conversão de um conceito cunhado em um campo científico interdisciplinar, em colaboração com movimentações e movimentos sociais, em ameaça à “família” e às “crianças”. Como bem notou Regina Facchini, eliminar essas palavras dos planos que preveem metas e ações para educação não suprimirá as numerosas formas de discriminação e violência contra mulheres, homossexuais, travestis e transexuais que permeiam a sociedade brasileira, muitas das quais têm lugar nas próprias escolas. O que poderá desaparecer são os recursos e orientações governamentais para preparar e orientar educadores e estudantes para enfrentar esses graves problemas (FACCHINI, 2015).

Retrocessos podem advir também de forma menos direta. Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq mostram que houve, ao longo da década de 2000, uma notável ampliação de estudos de sexualidade e gênero no Brasil: mais de 70% dos grupos que comportavam esses descritores, registrados por Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013, p. 182), tiveram sua data de formação entre 2002 e 2011. Há uma considerável concentração desses grupos em universidades públicas (85%, conforme a pesquisa citada) e sua distribuição regional acompanha o modo como estão distribuídos os programas de pós-graduação no Brasil, com predomínio das ciências humanas. O

que estabelece o direito à identidade de gênero e obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde a custear tratamentos hormonais integrais e cirurgias de mudança de sexo sem exigência de diagnósticos, tratamentos ou autorização judicial, apresentado em 2013, tramita morosamente: no momento, aguarda parecer do relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

atual ataque aos programas de pós-graduação, na forma da drástica redução de recursos, pode comprometer seriamente os esforços de produção de conhecimento que têm promovido assessoria a movimentos sociais no debate de políticas públicas para fazer frente aos elevados índices de desigualdade e violência que afetam particularmente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Enfim, se não podemos desconsiderar os avanços e a riqueza dos processos envolvidos na busca de um conhecimento antropológico aprofundado sobre questões de diferença e desigualdade e, simultaneamente, na luta por justiça social que combine igualdade e diversidade – luta essa que não pode prescindir da meta de valorizar igualmente “todas as nomenclaturas possíveis de gênero da sociedade atual, todas as escolhas sexuais e todos os estilos de estética e modos de vida” (MACHADO, 2014, p. 21) –, não é possível desconhecer nem minimizar os riscos postos pelos rumos erráticos e perturbadores da política nacional no momento. Em meio às incertezas, perplexidades, temores, procuremos resistir e investir em condições e alternativas que nos possibilitem seguir produzindo sobre o que efetivamente importa para garantir os direitos fundamentais à vida, à saúde, à dignidade.

Referências

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ALMEIDA, Guilherme de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e AIDS*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese (doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BARBOSA, Bruno César. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. Nova York: Routledge, 1993.

_____. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge, 1990.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Undoing gender*. Nova York: Routledge, 2004.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo, ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRARA, Sergio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

_____. Négocier les frontières, négocier aux frontières; l'anthropologie et le processus de "citoyennisation" de la homosexualité au Brésil. *Brésil(s)*, n. 4, p. 103-123, 2013.

_____.; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 65-99, 2007.

CARRARA, Sergio; RAMOS, Silvia; SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa Parada do Orgulho LGBT – São Paulo 2005*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2006.

CARVALHO, Mario. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FACCHINI, Regina. Falsa ameaça. *O Estado de S. Paulo*, supl. Aliás, 18 jul. 2015. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,falsa-ameaca,1727566>.

_____. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____.; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____.; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidade e antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 13-46, 2014.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Unicamp, 1990.

MISKOLCI, Richard; SIMÕES, Júlio Assis (Org.). Dossiê Sexualidades Disparatadas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 9-283, 2007.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 75-98, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____.; CARRARA, Sergio. *Diversidade sexual e de gênero no contexto sociopolítico brasileiro atual*. ABA, fev. 2016. (*Informativo especial da Associação Brasileira de Antropologia – Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas*).

VANCE, Carole. Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In: _____. (Org.). *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. Londres: Pandora, 1992 [1984].

VIANNA, Adriana. *O fazer e o desfazer de direitos. Experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013.